

**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

**Palácio XIX de Dezembro**

**Diretoria Legislativa**

**Sessão Ordinária do dia 04 de março de 2013 - Ata nº 8**

Aos quatro dias do mês de março de dois mil e treze, no plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, e de acordo com o painel eletrônico, foi registrada a **presença** dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSL), Ademar Traiano (PSDB), Ademir Bier (PMDB), Alceu Maron Filho (PSDB), Alexandre Curi (PMDB), Andre Bueno (PDT), Anibelli Neto (PMDB), Fernando Scanavaca (PDT), Artagão Júnior (PMDB), Bernardo Ribas Carli (PSDB), Cleiton Kiele (PEN), Dr. Batista (PMN), Duílio Genari (PP), Douglas Fabrício (PPS), Elio Rusch (DEM), Enio Verri (PT), Francisco Bühner (PSDB), Gilberto Martin (PMDB), Gilberto Ribeiro (PSB), Gilson de Souza (PSC), Luiz Accorsi (PSDB), Cantora Mara Lima (PSDB), Mauro Moraes (PSDB), Marla Tureck (PSD), Nelson Garcia (PSDB), Nelson Justus (DEM), Nelson Luersen (PDT), Pastor Edson Praczyk (PRB), Péricles de Mello (PT), Pedro Lupion (DEM), Paranhos (PSC), Professor Lemos (PT), Rasca Rodrigues (PV), Rose “Litro” (PSDB), Roberto Acioli (PV), Stephanes Júnior (PMDB), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PPS), Teruo Kato (PMDB), Valdir Rossoni (PSDB), Waldyr Pugliesi (PMDB) e Wilson Quinteiro (PSB) (**42 Parlamentares**). **Ausentes, justificadamente**, os Deputados Elton Welter (PT), Hermas Brandão Jr. (PSB - em licença médica); Luciana Rafagnin (PT), Plauto Miró (DEM) e Toninho Wandscheer (PT - em licença médica) (**05 Parlamentares**). **Ausentes, sem justificativa**, os Deputados Caíto Quintana (PMDB), Evandro Júnior (PSDB - ausente do País no período de 1<sup>a</sup> a 08.03.13), Fábio Camargo (PTB), Jonas Guimarães (PMDB), Nereu Moura (PMDB) e Ney Leprevost (PSD) (**06 Parlamentares**). O Senhor Presidente, Deputado **Valdir Rossoni**, secretariado pelos Senhores Deputados **Pedro Lupion** (na função de 1º Secretário) e **Ademir Bier** (2º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, deu início aos trabalhos da 8ª Sessão Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa, da 17ª Legislatura. O Senhor 2º Secretário procedeu à leitura da Ata anterior (nº 7, de 26.02.13), a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Senhores Parlamentares na Secretaria da Mesa, até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito, se assim o desejassem. A seguir, o Senhor 1º Secretário procedeu à leitura dos documentos protocolizados que compuseram o Expediente.

**EXPEDIENTE:** (Documentos originais sob guarda das Comissões e Diretorias)

**Mensagens:** (Encaminhadas à Diretoria Legislativa para providências). **Protocolo nº 1261/13**, Mensagem nº 15/13, do Governador do Estado, encaminhando, para apreciação desta Casa, o anteprojeto de lei (autuado sob o nº 62/13), que objetiva alterar, conforme específica, dispositivos da Lei nº 11.580 de 14.11.96, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação; **Protocolo nº 1262/13**, Mensagem nº 16/13, do Governador do Estado, encaminhando, para apreciação desta Casa, o anteprojeto de lei (autuado sob o nº 63/13), que objetiva dispensar de pagamento os créditos tributários decorrentes de fatos geradores do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, ocorridos até 31.12.07, ajuizados ou não, não autorizando a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

**Ofícios:** (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências). **Protocolo nº 1260/13**, Ofício nº 07/13, do Gerente da GTES/DEFIN/AF do BNDES, comunicando a liberação de recursos financeiros para o Estado do Paraná, no âmbito do Contrato nº 12208521, no valor de R\$ 26.233.600,00; **Protocolo nº 1263/13**, Ofício nº 14/13, do Presidente do Conselho Municipal de Política-Etnico Racial, convidando para o ato público que será realizado no dia 08.03.13, a partir das 16h, na Boca Maldita, quando o Conselho lançará a Campanha Contra o Racismo, com o nome “Diga não ao Racismo”, solicitando apoio desta Casa, e que esse convite seja estendido a todos os Parlamentares; **Protocolo nº 1264/13**, Ofício nº 13/13, do Superintendente Regional Curitiba Leste do Paraná, da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros do FGTS, destinados ao governo do Estado, referente à parcela do Contrato nº 0319.636-21, do Programa PAC Copa do Mundo 2014; **Protocolo nº 1265/13**, Ofício nº 12/13, do Superintendente Regional Curitiba Leste do Paraná, da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros do FGTS, destinados ao governo do Estado, referente à parcela do Contrato nº 0319.639-54, do Programa PAC Copa do Mundo 2014; **Protocolo nº 1266/13**, Ofício nº 33/13, do Secretário Especial de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde em atenção ao Ofício nº 551/12, referente à Indicação Legislativa nº 551/12, do Deputado Gilberto Ribeiro; **Protocolo nº 1267/13**, Ofício nº 34/13, do Secretário Especial de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública em atenção ao Ofício nº 1041/12, referente à Indicação Legislativa nº 1041/12, do Deputado Gilberto Ribeiro; **Protocolo nº 1268/13**, Ofício nº 36/13, do Secretário Especial de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde em atenção ao Ofício nº 571/12, referente à Indicação Legislativa nº 571/12, do Deputado Gilberto Ribeiro; **Protocolo nº 1269/13**, Ofício nº 41/13, do Secretário Especial de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde em atenção ao Ofício nº 46/12, referente à Indicação Legislativa nº 46/12, do Deputado Gilberto Ribeiro; **Protocolo nº 1270/13**, Ofício nº 05/13, do Secretário Especial de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde em atenção ao Ofício nº 153/12, referente à Indicação Legislativa nº 153/12, do Deputado Gilson de Souza; **Protocolo nº 1271/13**, Ofício nº 35/13, do Secretário Especial de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública em atenção ao Ofício nº 1044/12, referente à Indicação Legislativa nº 1044/12, da Deputada Cantora Mara Lima; **Protocolo nº 1272/13**, Ofício nº 03/13, do Secretário Especial de Governo, encaminhando resposta da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística em atenção ao Ofício nº 507/12, referente à Indicação Legislativa nº 507/12, da Deputada Rose “Litro”; **Protocolo nº 1382/13**, Ofício nº 54/13, do Deputado Luiz Eduardo Cheida, comunicando que está assumindo a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, conforme o Decreto Estadual nº 7397/13, e solicitando seu licenciamento como Deputado Estadual desta Casa, agradecendo todo apoio e a certeza de estarem juntos construindo um novo Paraná.

**Comunicados:** (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências). **Protocolo nº 1258/13**, do Deputado Valdir Rossoni, Presidente desta Casa, comunicando aos Srs. Deputados que foi apresentado, na Sessão Plenária de 30.10.12, requerimento do Deputado Douglas Fabrício, destinado à criação da Frente Estadual de Apoio às Santas Casas de Misericórdia, que tem por objetivos: firmar parceria entre a Assembleia Legislativa e os representantes das Santas Casas; atuar ao lado dessas entidades junto ao governo; debater os principais problemas enfrentados; propor alternativas para seus graves problemas financeiros; apoiar projetos que viabilizem o custeio dessas instituições pelos governos federal, estadual e municipais; elaborar estudos em prol da reestruturação e profissionalização das Santas Casas e hospitais filantrópicos do Estado; sensibilizar e conscientizar os Municípios sobre a necessidade de apoio ao desenvolvimento das Santas Casas e encaminhar propostas ao governo e aos órgãos estaduais e federais em benefício das instituições, solicitando às Sras. e Srs. Deputados que tiverem interesse em aderir à Frente, que procedam à sua inscrição nos termos do formulário de adesão. Já aderiram à Frente os Srs. Deputados: Douglas Fabrício, Fernando Scanavaca, Stephanes Júnior, Luiz Accorsi, Tercílio Turini, Nelson Luersen, Dr. Batista, Gilberto Martin, Anibelli Neto, Gilson de Souza, Gilberto Ribeiro, Rasca Rodrigues, Elio Rusch, Ademar Traiano, Pedro Lupion, Rose “Litro”, Duílio Genari, Andre Bueno, Wilson Quinteiro e Péricles de Mello; **Protocolo nº 1259/13**, do Deputado Valdir Rossoni, Presidente desta Casa, comunicando aos Srs. Deputados que foi apresentado, na Sessão Plenária de 05.02.13, requerimento dos Deputados Ney Leprevost e Alceu Maron Filho, destinado à criação da Frente Parlamentar de Apoio ao Litoral Paranaense, que tem por objetivo defender os avanços e a promoção do

desenvolvimento dessa importante região do Paraná nas mais diversas áreas, como: infraestrutura, geração de empregos, atenção à saúde, segurança, mobilidade, além do incentivo a todas as iniciativas que visem à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, solicitando às Sras. e Srs. Deputados que tiverem interesse em aderir à Frente, que procedam a sua inscrição nos termos do formulário de adesão. Já aderiram à Frente os Srs. Deputados: Alceu Maron Filho, Péricles de Mello, Cantora Mara Lima, Rose “Litro”, Nelson Justus e Ney Leprevost; **Protocolo nº 1283/13**, do Deputado Valdir Rossoni, Presidente desta Casa, comunicando aos Srs. Deputados que foi apresentado, na Sessão Plenária de 25.02.13, requerimento do Deputado Ademir Bier, destinado à criação da Frente Parlamentar de Ferrovias Paranaenses, que tem por objetivo propor matérias que contribuam para o aprimoramento das ferrovias, promovendo o debate sobre projeto estratégico de desenvolvimento sustentável do País, com a apresentação de sugestões e estudos buscando a integração multimodal das regiões, a expansão da malha ferroviária, a revisão do modelo regulatório e a ampliação dos recursos do setor, solicitando às Sras. e aos Srs. Deputados que tiverem interesse em aderir à Frente, que procedam a sua inscrição nos termos do formulário de adesão. Já aderiram à Frente os Srs. Deputados: Ademir Bier, Andre Bueno, Fernando Scanavaca, Duílio Genari, Elio Rusch Adelino Ribeiro e Professor Lemos.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Finda a leitura do Expediente. Srs. Deputados, dois importantes comunicados: **Protocolo nº 1407/13**, comunicando *que, conforme o Decreto 7397, de 1º de março de 2013, do governo do Estado do Paraná, nomeando o Deputado Luiz Eduardo Cheida para o cargo de Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, e correspondência do Parlamentar comunicando assumir a Secretaria de Estado. Em razão disso, convoco o suplente, Luiz Carlos Martins Gonçalves, para tomar posse no cargo de Deputado Estadual, no dia 5 de março do corrente. Curitiba, 4 de março de 2013. Presidente Valdir Rossoni.* Segundo comunicado: amanhã teremos na pauta - V. Exas. devem observar - a PEC que é de nossa autoria, onde possibilita, se aprovada, naturalmente, que os 120 Desembargadores possam pleitear a Presidência do Tribunal de Justiça. Essa PEC será votada amanhã, na Ordem do Dia. Este é um aviso, porque ela precisa de quórum para a sua votação. Em cumprimento à Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 9º, § 4º, declaro **aberta a Audiência Pública de Prestação de Contas do 3º Quadrimestre de 2012, da Secretaria de Estado da Fazenda.** Antes de passar a palavra ao ilustre Secretário, é com muita honra que, junto com ele, recebemos: Clovis Rogge, Diretor Geral da Secretaria de Estado da Fazenda; Juraci Barbosa, Presidente da Fomento Paraná; Leonildo Prati, Diretor de Coordenação da Receita do Estado; Francisco Inocêncio, Coordenador de Assuntos Econômicos do Estado; assessores: Lídio, Jurandir, Onildo, Fadua, Suzane, Paulo, Marlos, Júlio, Kely, Marlene, Erasmo e Sílvio. Se alguém foi esquecido é porque foi falha da nossa assessoria. Com muita honra, concedo a palavra ao Secretário Luiz Carlos Hauly, por 30 minutos de apresentação e 15 minutos de prorrogação, só podendo ser apartado durante a prorrogação. Os Srs. Deputados que quiserem participar, que façam a sua inscrição aqui na Mesa.

**SR. LUIZ CARLOS HAULY:** Sr. Presidente Rossoni, Sras. Parlamentares, Srs. Parlamentares, Deputados Estaduais da nossa Assembleia Legislativa do Estado, senhoras e senhores, mais uma vez, cumprindo a nossa missão e a legislação vigente, estamos na Assembleia Legislativa, para mais uma prestação de contas quadrimestral e, desta feita, fazemos o ano de 2012 completo, com todos os seus anexos, de acordo com o dispositivo legal. Acrescento, além desses já nominados por V. Exa., que acabei observando daqui, os assessores: Norah, Eraldo Alves, Samuel, Alexandre Teixeira, da Agência e também João Otávio, da Secretaria da Fazenda, que são nossos companheiros de equipe da Secretaria da Fazenda, da Agência de Fomento, da Receita Estadual, da Coordenadoria de Assuntos Econômicos e da Cafi - Coordenadoria Financeira. Podemos iniciar, como de costume, o terceiro quadrimestre, o relatório de gestão, com os objetivos já elencados. O primeiro gráfico é uma demonstração do PIB, que estava pronto, que mandei para V. Exa. na semana passada, mas, infelizmente, houve uma mudança no que foi enviado para os Srs. e Sras. Parlamentares: o PIB que estava previsto do Paraná, quase 2% e 1,6 federal, acabou ficando 1,9, os dois. Preliminarmente, o Presidente do Iparde preferiu, conservadoramente, manter o nosso em 1,9. Acredito que esta posição poderá ser alterada, positivamente, em favor da economia paranaense, lembrando que 2010 ascendeu em um ciclo positivo de crescimento maior do que o Brasil, 2011. Com esse novo indicador, empatamos com a economia nacional, que demonstra a gravidade do ano de 2002, a dificuldade mundial da economia americana, europeia, refletida pela baixa demanda da China. Com isto, o Brasil, o governo, para se defender e manter a economia ativa, avançou em renúncias fiscais, principalmente renúncias de IPI, que são tributos, é um tributo que pertence aos Estados e Municípios, na ordem de 58%. No próximo gráfico, temos a arrecadação própria de 2012, com excelente desempenho em meio à crise: o ICM deu 12,29% de crescimento nominal; IPVA 12,04; transmissão *causa mortis*, doações, 29,83; a retenção da nossa folha de pagamento do Imposto de Renda deu um crescimento de 24,28; as taxas modestas 5,29, somando um crescimento geral de 13,09. No próximo gráfico há uma receita: a bruta e a líquida, tirado o Fundeb e os 25% do ICMS, 50% do IPVA, que pertence aos Municípios. Então, na nossa arrecadação de ICMS, transferimos 20% para o Fundeb, depois ele volta menor em 300 - quando o Fundeb volta, ele volta R\$357 milhões menor - para o Tesouro. A transferência aos Municípios foi um recorde e o IPVA também: de R\$1 bilhão 735, repassamos a metade desse recurso, exatamente R\$850, R\$857 milhões e meio para os Municípios. Foi um excelente ano de transferência da receita partilhada, constitucional, que pertence ao Município e também ao Estado. A demonstração do próximo gráfico, da receita tributária, o ICMS é o campeão, com 84% da nossa receita própria. No próximo gráfico, temos as transferências constitucionais, que são chamadas transferências correntes, outras não constitucionais, como SUS, que é negociada, governo do Estado e Federal, que faz o papel da saúde, que é o papel da União fazer isso. O FPE, que tem a cota-parte dos Estados de 21,05% do Imposto de Renda e 21,05% do IPI, foi de 3,11%, uma evolução real negativa de 2,16. A CIDE, como é sabido, houve um esvaziamento, em função da política de aplicação de preços controlados da Petrobras, que a colocou numa dificuldade muito grande, não aumentando os combustíveis por sete anos; o governo federal trabalha sempre com a expectativa de inflação, controlando o preço da gasolina e do óleo diesel. Nesse quesito, ele utilizou a CIDE até zerá-la, perdemos receita na CIDE, perdemos 47% - uma perda real de 49 - o que comprometeu o programa de obras rodoviárias que vinha com recursos da CIDE no ano passado e para este ano. Imagine, de R\$138 milhões, recebemos apenas R\$72 milhões, quando o certo é ter um crescimento na CIDE, e teríamos, então, mais de R\$80 milhões de perdas na CIDE combustível. Compensação financeira: é um valor pequeno, IPI, que é a cota-parte das perdas que o Estado tem na exportação; não paga nem 1% das perdas. Recebemos R\$320 milhões, contra uma perda que temos no IPI, de 11% nas exportações, na arrecadação do ICMS de R\$17 bilhões e 700, temos uma perda de quase R\$2 bilhões. Na Lei Kandir, também negativo, que é a transferência das perdas de exportação de produtos semi-elaborados e produtos *in natura*; só nesses dois quesitos das perdas de exportação, porque o sistema tributário brasileiro não contempla um ressarcimento condizente com a questão da exportação. No campo da energia elétrica, como não tem a incidência do ICMS, o Paraná deixa de arrecadar - que não existe o tributo - 6,5% do seu ICMS. Do papel imprensa, que tem a imunidade constitucional, 1,5%. Na Lei Kandir, a perda líquida, compensando o que entra e o que deveria receber, 9,6% de perdas, e da exportação de produtos industrializados, mais 11,9%, totalizando 29,6% de custo, de perdas que temos por o Paraná ser um Estado exportador de commodities e de produtos industrializados. Isso é algo que deveria, e deve ser resolvido, no âmbito de um grande acordo federativo da reforma do ICMS e da reforma fiscal federativa. Não podemos continuar sustentando o Brasil por perdas, que considero essas perdas históricas; são levantadas pela nossa Coordenadoria de Assuntos Econômicos, pela Dra. Gedalva Baratto, da Caec, Coordenadoria de Assuntos Econômicos da Secretaria da Fazenda. Ela faz o cotejamento nacional, porque no resto do mundo, onde o IVA, o ICM deles é arrecadado, ele, o imposto debita e credita, exporta e importa e a balança se fecha; ninguém perde, nenhum Estado Federativo perde nessa balança de entrada e saída. Essa é uma disfunção da legislação tributária nacional, que começa com o casuísmo no texto constitucional, colocando a não incidência do ICMS na energia, no petróleo e nos seus derivados. As demais transferências da União são algumas outras transferências, tiveram um crescimento de 11%, o salário educação 13 e o SUS 5,9. O SUS empatou com a inflação. Então, as despesas do SUS, no Paraná, de 2012, foram muito maiores do que os 5,59, inclusive os salários que pagamos para os nossos servidores da Secretaria da Saúde, que são servidores contratados pelo Estado, concursados e outros conveniados, que atende o serviço de saúde, que antigamente era obrigação federal. O mesmo faz o Município. Então, a gestão municipal, a estadual e o governo federal não têm mais gestão direta; ele passa dinheiro, desde o desmonte do INAMPIS. Nessa soma total, a transferência corrente federal importou em apenas 1,26. Ora, só de aumento salarial demos a inflação, 5,5%, sem considerar todos os outros aumentos do custo da manutenção do setor público. Imagine só a dívida que pagamos: para o governo federal custou, no ano passado, 14,5% de juros, 14,5! Então, para 1,26, temos um descompasso muito grande. O que é grave, Presidente Rossoni, Sras. e Srs. Deputados Estaduais, vemos assim uma... No Brasil inteiro, Estados e Municípios, enfraquecendo estruturalmente cada vez mais, a marcha de

Prefeitos, a reunião de Governadores, reuniões de Secretários de Fazenda, constantes. O choro é grande, mas a decisão é nenhuma, muito pouca decisão. Então, só nesse item - da transferência corrente - se tivesse repassado o que temos arrecadado no ano passado, 13.09, teríamos a mais no caixa do Tesouro, R\$434 milhões nossos, do Estado, sem partilhar com o Município, sem partilhar com ninguém. Então, deixamos de ter R\$434 milhões de receita, porque as transferências federais foram menores. Vejo os incentivos fiscais, a crise econômica, muito grave, mas, no cômputo geral, a receita da União foi bem maior do que 1.26. Temos, aí, realmente, algo que a Assembleia, independente do partido político, se é do governo federal ou estadual, uma causa paranaista. Temos que estar acima dessas questões. No próximo quadro é o mesmo, em forma já de receita líquida, descontando o Fundeb, e ele fica menor do que R\$3 bilhões 717 e cai para R\$3 bilhões 148. No próximo gráfico, faço demonstração - a dona Marlene, da Cafí, demonstra - o Fundeb e os prejuízos anuais que o Estado do Paraná vem sofrendo. Mandamos, no ano passado, R\$3 bilhões 351 milhões para o Fundeb Brasília e, quando ele voltou, voltou R\$2 bilhões 993, R\$357 milhões menor. No ano anterior, R\$279 milhões menor, no outro ano R\$255, R\$193, R\$224 e R\$200. Então, só nesses seis anos temos mais de R\$1 bilhão e meio de perdas acumuladas, porque o Fundeb vai e depois ele volta e redistribui na educação, e nós, o Estado, somos doadores. Só estou constatando algo que é uma contribuição do Paraná para a educação, além daquele percentual dos 30% que temos que, constitucionalmente, investir. Aliás, investimos mais no ano passado. O próximo gráfico é uma demonstração do ICMS detalhado ao longo de anos, mais para estudos e esclarecimento as Sras. e aos Srs. Parlamentares. No próximo, é a terceira prancha de receita: receita própria, receitas de transferências e receita de capital, que envolve operação de crédito que não tivemos nada, tivemos praticamente nada de receita de empréstimo, porque estamos, em Brasília, tanto no Tesouro Nacional, quanto hoje, no Senado - na CAE, que era para ter votado em dezembro, US\$350 milhões do Banco Mundial negociado, exaustivamente, milímetro por milímetro, desse empréstimo SUAP, ou empréstimo "guarda-chuva" que dá mais ou menos o valor de uns R\$700 milhões. Temos o empréstimo do BNDES, temos uma lista de empréstimos que totalizam, aproximadamente, R\$2 bilhões e meio. Para quem vai pagar até o final do mandato do governo Beto Richa, R\$7 bilhões de dívidas, é muito justo, é muito tranquilo que ele tome emprestado R\$2 bilhões e meio. Não há nada de extravagante, não há nada de errado dentro do princípio da moralidade e da boa gestão. As outras: alienação de bens, amortização de empréstimo, transferência de capital e outras receitas de capital. Aqui estão os convênios que são, também, obrigações federais que as diversas Secretarias fazem com o governo federal: Secretaria do Trabalho, Secretaria de Ação Social, Secretaria de Justiça, estão dentro desses R\$336 milhões arrecadados, menor do que do ano anterior. Então, 5.4 nominal e 10.34 menor; quer dizer, estamos sofridos. Poderia dizer: o Paraná não merece a atenção nacional, de que nós precisamos, somos parceiros, do governo federal? Eu mesmo tenho defendido a política econômica, tenho defendido as reformas que o governo - o Governador mesma coisa - Beto Richa, os nossos Secretários, a nossa bancada de Deputados Federais, em Brasília. O próximo gráfico demonstra a arrecadação do ICMS - com Fundeb, sem Fundeb, que ele distorce um pouco a informação, porque Fundeb sai e Fundeb entra. No próximo, ele fica um pouco mais claro, onde demonstra que a arrecadação do ICMS representa 57.38. O que é nosso, o que é federal? A parte federal é apenas: 5.77 FPE; 0.28 outras transferências federais; 0.78 de IPI; 0.23 da CIDE; 1.19 do salário educação e 3.03 do SUS. Isso representa 6%, 9%, 13%, 14%, no máximo, da nossa arrecadação total. O Paraná é pouco dependente das transferências federais condicionais, porque também tem um casuísmo na transferência do Fundo de Participação, onde o Paraná é contemplado como sul e sudeste. Não temos a riqueza de São Paulo para ter, na proporção, tão poucos recursos, em favorecimento do norte, do nordeste e do centro oeste. O Paraná também é prejudicado na transferência do Fundo de Participação do Estado, porque quando da concepção da partilha: "Ah, o Paraná é sul maravilhoso, não precisa dos recursos federais". Precisamos, sim! A quantidade de brasileiros pobres no interior do Paraná é muito grande! Temos 147 Municípios onde o IDH é abaixo do nacional. Claro, o Paraná é rico e o Paraná é pobre. O Paraná é desenvolvido e o Paraná também é atrasado. Temos o máximo do desenvolvimento e o mínimo também, no Vale da Ribeira. Na região de Ortigueira, graças a Deus, e à iniciativa empresarial da Klabin, que vai investir na região mais pobre do Estado. O Governador Beto Richa, eu, os demais Secretários, o Cássio, o Ricardo, já estamos finalizando os entendimentos do maior investimento da história do Paraná: serão US\$3 bilhões e meio, quase R\$7 bilhões, Ortigueira e mais 11 Municípios, onde temos o menor IDH do Paraná. Eles vão investir meio bilhão em infraestrutura, vão investir numa nova planta, mais florestas, emprego, uma cadeia econômica maravilhosa. Acredito que, se for bem feito, igual está sendo agora, cuidando da mão de obra, da qualificação, cuidando da área social, multissecretarias estão envolvidas na implantação, todos os cuidados ambientais, etc., vamos ter uma região pobre que passará a ser desenvolvida ao longo dos próximos anos. No próximo gráfico já consolidamos as receitas e transferências, receita de capital e a receita própria, aí sim, de 13.09 caímos para 10.09 - que é o último número do primeiro quadro de cima - que é a receita do ano anterior comparado de 2011 com 2012; 2012 sobre 2011 crescemos 10.9 e quando soma as transferências federais, cai o nosso percentual. Como a máquina não pode parar, é aumento salarial, contratação de pessoal, encargos da dívida, custeio, investimento; investimos 15.8% mais no ano passado. O balanço, ou seja, a receita foi R\$27 bilhões. A receita bruta R\$30.846 bilhões, a receita semibruta, porque ainda não é a líquida, R\$27.832 bilhões e despesa de R\$28.490 bilhões. Então, a nossa despesa foi ligeiramente maior do que a receita, em torno de R\$600 e poucos milhões. O próximo gráfico é o resultado primário da Lei de Responsabilidade Fiscal. Conseguimos um resultado primário, colaborando com a política econômica federal, de estabilidade econômica nacional, com R\$392 milhões. Não foi fácil, foi muito difícil. Quero aqui homenagear a Rose Escabio, a Fadia, a Marlene, toda equipe da Cafí, porque fizeram um grande, gigantesco esforço, estes valorosos servidores do Estado do Paraná. Pessoas que trabalham dia e noite, sábado e domingo, à noite, no anonimato, e são o coração do servidor público estadual, que se encarregam, além da administração financeira, da contabilidade do Estado. Na análise da despesa, no detalhamento, no próximo, temos despesa de pessoal. Nossa despesa de pessoal cresceu 11.92. Uma evolução real de 6.3. Os juros, estamos diminuindo nossa dívida. Conseguimos uma evolução de apenas 0.83. Estamos pagando mais e não está entrando nenhuma dívida. As outras despesas correntes, crescemos 17%, assim divididos: transferência para Municípios, 11.6 e outras despesas correntes, 23%. Tivemos uma evolução nominal de 13.69. A despesa empenhada bateria, praticamente, com a arrecadada, pela receita própria. Quando colocamos as transferências e receita capital, acabamos perdendo. A despesa de capital nossa, o investimento, realmente, e precisava, segundo ano de governo, teve um incremento de 71.48%. De R\$760 milhões em 2011, passamos para R\$1 bilhão 303 milhões. Uma evolução real de 63%. As inversões financeiras também cresceram 180%. A amortização da dívida, de 8.85, e a dívida Cohapar negativa, porque acabamos permutando com inversões, aumento de capital da Cohapar. O próximo gráfico é um pouco impreciso, porque quando tratamos dos percentuais, é a receita líquida. Aqui, não. É um exercício apenas de cidadania, de paranimismo, é o quadro feito pela nossa equipe técnica, para demonstrar que há um processo de envelhecimento e de aumento de aposentadorias no Paraná, num volume como nunca aconteceu. Verifiquem o amarelo. Em 2009, era 9,41% desta despesa de 28,498 - lembrando que nossa receita líquida é bem menor, é 22. Passou para 9,50. 2011: 10,47, cresceu significativamente. Mas impressionante foi em 2012: 14,69. Estamos indagando à Parana Previdência, a Secretaria da Administração, abrindo um fórum de discussão estadual - que a Assembleia Legislativa precisa entrar nesse debate, porque é muito grave - é um processo acelerado de aposentadoria. Parece-me um pouco que, depois das conquistas salariais de 2011 e 2012, aceleraram-se os processos de aposentadoria. Este item acaba representando, para nós, uma situação bastante difícil. Um aumento real de 5,17% desta receita bruta, ou seja, R\$1 bilhão 472 milhões a mais do que a média dos últimos anos. Confesso que ainda estou pasmo, que não achei o fio da meada, ainda. Precisamos discutir isso como paranaenses, e a Assembleia também, para vermos qual será o futuro. É sabido que em 2012 fizemos mudanças na Parana Previdência, trazendo para o Tesouro mais encargos futuros. Outro quesito que quero destacar aqui, os Poderes: de 7,93, em 2009; 7,88, em 2010; 8,84, em 2011; e 10,59%, em 2012. Gente, isso significa um acréscimo de 2,71% da despesa total do Estado, ou seja, R\$772 milhões menos teve o Governador Beto Richa em 2012 do que teve o Governador Requião em 2010 e 2009. Setecentos e setenta e dois milhões, que foram fruto de emenda constitucional de 2010 desta Assembleia, que aumentou de 9 para 9,5% ao Judiciário e a outros Poderes, em um percentual diferente e menor, e aumentaram a base de cálculo desse percentual de 9,5, tendo uma base de cálculo que não tinha o Fundo de Participação; passou a entrar. Com isso, passamos a ter um dispêndio de 772. Se considerar o ano que vem, só em dois anos são R\$1,5 bilhão, mais o que foi do ano passado e atrasado, teremos quase R\$2,5 bilhões de receita menor que o Governador Beto Richa terá em suas mãos do que o outro Governador que saiu e deixou, o Governo Requião-Pessuti. É maior do que os empréstimos todos que estamos tomando. Podemos ir à frente. Aquele gráfico anterior é só para realmente debruçar, ele não faz parte da Lei de Responsabilidade Fiscal, porque os percentuais da Lei de Responsabilidade Fiscal estarão lá na frente. É um gráfico que demonstra as principais despesas brutas. Aí, no próximo, temos o gasto de acordo com a norma instrução do Tribunal de Contas do

Estado. A despesa com pessoal foi de 53,22; 53,61; 53,89 e 53,88; considerando que a resolução do Tribunal é mais severa com o Governador Beto Richa do que com o governo anterior. Temos uma restrição em que foi diminuída a possibilidade de o governo usar o mesmo artifício que o Governador anterior utilizou. Então, para nós está sendo mais oneroso, e assim mesmo, 53,88, sendo que o Executivo está em 46,67, estamos 0,12 acima do limite prudencial - 0,12. Não estou falando da LRF, estou falando de acordo com as normas que o Estado do Paraná tem; estamos cumprindo. A nossa receita corrente líquida deu R\$21 bilhões 849. Nada a ver com aquele número de 28 que vimos naquele gráfico. Este é o número que usamos para fazer as contas das principais despesas vinculadas que temos que cumprir. O próximo gráfico é um comparativo mostrando os percentuais, já é um detalhamento que oferecemos as Sras. e aos Srs. Parlamentares com mais riqueza de detalhes. Podemos ir à frente. Na aplicação da educação, de 30%, em 2011 já tínhamos investido 30,17; evidentemente aumentamos, fomos para 31,59. Houve uma evolução de 4,7. Ou seja, de 1,3, cada ponto percentual da receita líquida representa 20, R\$20 milhões 218 por ano. Cada ponto da receita líquida. É isso? Não, é essa aqui com R\$18 bilhões, esta. Vamos à frente. Na saúde, investimos, em 2011, 12%, e nesse ano passado 12,78. Então, estamos 0,78 da despesa que nós temos líquida efetivada. No quadro maior temos assim: demonstração das vinculações. Olha como é difícil governar hoje, Sras. e Srs. Deputados: 30% para educação, investimos 31,59; 12% para a saúde, investimos 12,78%; os Poderes têm 18,4, investimos 18,72, dividido Judiciário, Legislativo e Ministério Público; ciência e tecnologia 2%, investimos 2,32; precatórios, não existia pagamento de precatório antes do Governador Richa assumir, alguns poucos meses do final do governo Pessuti que eles começaram a pagar. Se você comparar 2% da receita líquida, esse mês passado passei R\$38 milhões para o Tribunal de Justiça. Todos os meses temos que passar 2% da receita líquida; PASEP 1,5, 1% que é da lei e 0,5% de uma dívida que o governo anterior deixou; as prestações custam 0,05%. A dívida, constitucionalmente, é 13, mas dispendemos 7,3 apenas; o pessoal é 60 - o limite máximo - nós produzimos 53,88 da receita corrente líquida. Observem que as vinculações engessam totalmente o Poder Executivo. Quando você apura, fica muito pouco para o Estado poder investir em outras áreas. Vamos à frente. Na área da dívida esse gráfico demonstra a nossa capacidade de endividamento, da receita corrente líquida 21,849, os limites legais para contratar, temos um saldo de R\$3 bilhões 135 milhões, que é 16% da receita corrente líquida. Podemos contratar, hoje, para gasto com serviço da dívida, 1,62 a mais; limite para saldo devedor dívida pública 24,683; limite para concessões e garantias mais R\$4 bilhões 356, e para antecipação de receita R\$1 bilhão 529. A composição da dívida, metade dela devemos para o governo federal: R\$9 bilhões 288; PASEP: R\$1 bilhão e 67; precatório 3,846; dívida externa 629 milhões. Devemos para a Copel CRCs, que foi tomado pelo governo Requião, no primeiro governo, 1,384. Este estamos fazendo uma operação que V. Exas. aprovaram com o Credit Suisse, para tirar essa dívida da Copel, passar diretamente para esse banco, e pagaríamos a Copel integralmente. Para o governo federal, detalhando, a dívida inicial contratada da dívida do Banestado, de R\$5 bilhões 665, já pagamos - o povo do Paraná pagou - R\$10 bilhões 199, e estamos devendo R\$9 bilhões 288 milhões. Essa dívida custa IGPD mais 6% ao ano, hoje em torno de 14,5%, o dobro da taxa de juros que o governo paga da sua dívida. Ele paga a Selic 7,25%. Essa é uma sangria que os Estados... Olha, eu não sei, os Governadores têm sido bastante cordiais, nesses anos, últimos cinco anos, com o governo federal. Há um processo de esvaziamento dos Estados e Municípios. Só neste quesito, o Confaz, o grupo Gefin, já detectou mais de R\$150 bilhões de transferência para a União Federal, de recurso que poderíamos ter feito estradas, portos, aeroportos, escolas, hospitais. O próximo gráfico é o saldo devedor nosso, ao longo dos anos. Então, embaixo, na última coluna, a nossa dívida hoje é de R\$18 bilhões 287, menor do que a do ano passado, e menor que 2010. Devemos menos, hoje, do que quando pegamos do Pessuti. Então, é claro, o Paraná não é o Governador Beto Richa. O Paraná, os Deputados precisam, precisamos dos empréstimos que estão tramitando em Brasília, senhores, precisamos. É importante acrescentar, com mais R\$1 bilhão e meio por ano de investimento, este ano e ano que vem, R\$3 bilhões de investimento, mais os empréstimos R\$2,5, fazemos R\$5 bilhões e meio de investimentos, que se você aplicar em estradas, em escolas, em hospitais, em tantas áreas que precisamos, não é nada muito grande, porque, na verdade, precisaríamos muito mais do que isso, mas é um volume respeitável o que temos que fazer. Com toda crise, com toda dificuldade, estamos investindo. Investimos R\$1 bilhão e 300 no ano passado. A água chegava a 'passar no nariz', não é? Mas estamos investindo. Então, dividindo novamente o serviço da dívida, quanto pagamos no ano passado: R\$1 bilhão 350 foi o nosso serviço da dívida. Quer dizer, nesse quesito da dívida, nesse... Eu destacaria que poderíamos ter economizado mais ou menos, do estoque da dívida, se fosse igual a Selic, R\$696 milhões. Então, faço o seguinte relato, a seguinte consideração: os Poderes aumentaram R\$772 milhões, os precatórios R\$436 milhões. Só esses dois deu R\$1 bilhão 108 a mais. As transferências federais: perdemos 434. No Fundeb, 357. Aqui, já somamos R\$1 bilhão 899 de perdas. Sem falar da Lei Kandir, em energia elétrica, papel de imprensa, exportação de industrializados, uma perda anual de R\$5 bilhões 236 milhões. Os convênios - não quis nem mensurar. Os empréstimos, 696. Com a Emenda 29 passamos a gastar R\$340 milhões a mais, e as aposentadorias R\$1 bilhão e 400. Senhores, apesar de tudo isso, o Paraná 'está de pé', honra os seus compromissos. Temos dificuldades, sim, muitas, dificuldades financeiras, de caixa, mas o Paraná honra todos os compromissos que tem, a sua folha, a sua dívida, o seu custeio, os seus hospitais, as suas escolas, as suas estradas. O Paraná do governo Beto Richa tem honrado, com muita dificuldade, insisto em dizer, a austeridade. Temos que ser duros neste momento. Num momento de crise e na boca do caixa é que muitos sonhos... Mas temos honrado os compromissos. Esse que é o ponto importante. Com muita dificuldade. Parece-me que na minha vida não tem nada fácil, não tem um momento de facilidade. É a segunda vez que sou Secretário. Poderíamos estar crescendo a 7%, a 8% ao ano. Crescemos 1,9. Se o Brasil tivesse crescido 5%, o Paraná teria crescido mais do que o País. Então, senhores, quero, neste momento, agradecer a atenção, mais uma vez, de todos, e colocar-me à disposição, pedindo a colaboração da Assembleia Legislativa, de todos os Parlamentares, de todos os partidos, em uma causa paranaista. O Governador Beto Richa governa com serenidade, inteligência e sabedoria, mas precisa que todos estejamos unidos. Na hora das questões paranaistas, temos que estar unidos. Na hora das questões eleitorais, podemos, sim, cada um puxar a sua bandeira de luta. O momento é realmente de muita responsabilidade, para todos. Não pode haver demagogia em cima das finanças públicas; elas são tratadas, por nós, com muita correção e muita austeridade. Às vezes somos incompreendidos, mas sabemos do papel que temos que exercer neste momento da história do Paraná. Que Deus abençoe a todos! Presidente, muito obrigado. Coloque-me, aqui, mais uma vez, à disposição.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Dizer aos Srs. Deputados que a lista está aqui, em aberto. Primeiro, vamos fazer as inscrições. Estão inscritos os Deputados Tadeu Veneri, Fernando Scanavaca e Enio Verri. Mais algum Deputado deseja se inscrever? Alceu Maron, Nereu Moura, Professor Lemos, Elio Rusch, e último Deputado inscrito, Deputado Ademar Traiano. Vamos à participação dos Srs. Deputados. Com a palavra, o primeiro Deputado inscrito, Deputado Fernando Scanavaca.

**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA (PDT):** Secretário, realmente, com o acréscimo que houve nos Poderes Judiciário e Legislativo, é de qualquer um ficar estarecido, uma vez que a Assembleia está fazendo a devolução dos recursos não gastos. Então, teoricamente, esse número é bem maior do que representa, nominalmente. Gostaria, se possível, que o senhor detalhasse qual o Poder que estaria fazendo com que essa receita passasse de R\$772 milhões, uma vez que a Assembleia, Sr. Presidente, devolveu mais de R\$100 milhões ao caixa do Estado. Por outro lado, Secretário - já fiz esses questionamentos aqui e sei da dificuldade por que passa o governo do Estado, principalmente no fluxo de caixa - mas não poderíamos deixar de aproveitar, o Governador Beto Richa, em fazer com que os Municípios do Paraná possam ter a sua participação do ICMS aumentada. De que maneira, Secretário? Que fosse feito até um parcelamento, para que o ICMS Ecológico não saísse somente da parte dos 25% dos Municípios. Acho uma injustiça o que está acontecendo com os Municípios, com essa pendenga que estão os Prefeitos, principalmente os novos, que assumiram agora, porque falta até recurso para colocar óleo diesel em uma patrula. Que o governo fizesse um estudo, que a participação do ICMS Ecológico também tivesse a contribuição do governo do Estado. Outra reivindicação que faço, Secretário, para os Municípios, é em relação às compras do Estado. O Estado, hoje, está penalizando os Municípios também na sua participação, quando o empresário que vende para o Estado, fica na conta gráfica o ICMS, e com isso os Municípios estão sendo penalizados, Secretário. Mais uma vez, acho que isso tem que ser também corrigido, dentro da medida do possível, para que os Municípios também possam ter uma participação, que façam o planejamento: "Olha, vai ser com 5, com 10 anos," mas que os Municípios possam ter também esse benefício a seu favor, porque hoje... O governo anterior foi muito esperto, quem fez em prejudicar os Municípios, fazendo com que os vendedores ao Estado tirassem o ICMS do valor da fatura; os Municípios estão pagando a conta, Secretário. Então, acho que isso deveria ser visto também no governo Beto Richa, para que nós, que falamos que somos municipalistas, e vejo aqui os 54 Deputados falando que todos são municipalistas e que, de repente, não está acontecendo verdadeiramente o municipalismo. Eram esses os questionamentos que eu queria fazer a V. Exa.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Com a palavra o Secretário.

**SR. LUIZ CARLOS HAULY:** Deputado Scanavaca, muito obrigado pela sempre brilhante e pronta intervenção, das primeiras, em todas as audiências. O número global que tenho dos Poderes é esse que explicitarei a V. Exas., e não os tenho detalhados, comparativo 2010 com 2011 e 2012; só tenho uma comparação com 2011, que não dá para refletir a colocação introdutória que fiz da alavancagem, do aumento, desse repasse para os Poderes. O fato é conhecido e deve ser merecedor da atenção de V. Exas., e vou, aqui, buscando novamente esse gráfico: o que é significativo que, percentualmente, condicionalmente, eu conversava com o Secretário de São Paulo, outro dia, eu falei: - “Calabi,” - Andrea Sandro Calabi, Secretário de São Paulo - “qual o percentual do Judiciário de São Paulo?” Ele falou: - “Como é isso?” Eu falei: - “Não tem um percentual?” Ele falou: - “Não! É o orçamento.” Eu falei: - “Mas não tem um percentual?” Ele falou: - “Não, aqui é o orçamento, ninguém... Poder não tem percentual.” Eu falei: - “Puxa vida!” Ai, aguçou-me a curiosidade, eu imaginava que todo mundo tinha um percentual de despesa para o Judiciário. Foi o nosso, era nove, passou para nove e meio. Imagine, meio ponto da receita do Estado e aumentou a base de cálculo dos Poderes. Então, você coloca a transferência do Fundo de Participação, R\$1 bilhão e 900, aplica 9,5%, para ver quanto que significa a mais. Só ali dá quase R\$250, quase R\$300 milhões. O grosso é ali. O menor, a Assembleia, e a Assembleia ainda divide com o Tribunal de Contas e o Ministério Público, que também teve um pequeno incremento de... Bem menor. O fato é aquele número que eu dei: houve um aumento de despesa, realmente preocupante, merecedor de uma discussão mais profunda por parte de todos nós, que a preocupação não é só conjuntural, é estrutural, ao longo dos anos, porque daqui a pouco vem outro governo, e etc., daqui a seis anos. Então, o ICMS Ecológico, meu caro Scanavaca, vou estudar a matéria, e V. Exa. está convidado a discutir conosco, para ver com a equipe técnica qual é a consideração, para discutir com os Municípios, abrimos um diálogo. Quanto à arrecadação de ICMS, da venda direta para o Estado, parece que é isso, também me coloco à disposição para discutir com V. Exa. porque, realmente, requer um detalhamento maior e quero atender bem na resposta a V. Exa. Espero tê-lo atendido.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Com a palavra, Deputado Tadeu Veneri.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Sr. Presidente, Secretário Hauly, o senhor colocou aqui a respeito dos empréstimos. Só gostaria de ter um entendimento: o senhor colocou que estamos hoje, o Estado do Paraná está com cerca de R\$2 bilhões e meio de pedido de empréstimo. Um bilhão e meio que foi autorizado pela Assembleia, o CRC; R\$819 milhões, transferência do BNDES para o governo do Estado, via BNDES; US\$353 milhões, que é o empréstimo, inclusive, que está aguardando que o Senado, que a Comissão de Assuntos Econômicos, determine se será ou não, e há mais alguns pedidos. O senhor não está considerando, certamente, esse empréstimo do CRC?

**SR. LUIZ CARLOS HAULY:** Não, o CRC... Posso já dialogar com V. Exa.?

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Só queria lhe fazer a pergunta em cima disso, porque acredito que não há, talvez o CRC seja só justamente para fazer a compensação, que é aquela conta de 1996. O que gostaria de perguntar, Secretário Hauly, quando o governo encerrou, segundo os dados da Sefa, o ano de 2012, com o pessoal há um gasto de 46.67 - são os dados que o senhor passou no quadro - que ficaria acima do limite prudencial de 46.55 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Entretanto - e é isso que eu gostaria que o senhor pudesse nos explicar - o Governo mandou duas mensagens para cá, uma foi retirada e uma se mantém ainda, para se criar cerca de - a princípio seria 110 novos cargos em comissão, depois, retirado o projeto que previa 69 - 41 cargos em comissão. Do ponto de vista da legislação, o projeto se torna absolutamente inconstitucional, porque se já extrapolamos o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal no que diz respeito ao limite prudencial, não poderíamos criar novos cargos. Gostaria que o senhor comentasse a respeito disso.

**SR. LUIZ CARLOS HAULY:** A dívida do CRC, Copel, é troca de dívida, não é dívida nova. Temos uma dívida que custa, para o Tesouro, igual o governo federal, um pouquinho a mais, IGPDI mais 6.65, e vamos trocar por uma dívida, mais prazo e um valor hoje menor. Vamos fazer todo o entendimento. Então não é uma dívida nova, é uma troca de dívida. Com relação ao limite, V. Exa. é um estudioso da matéria, é a assessoria que tem, o partido de V. Exa. é muito competente e sabe da dificuldade, do momento que vivemos. O momento exige de lá e de cá, de todos. Então, estamos realmente no limite do limite, aguardando, todos os novos, as possibilidades, aguardam abertura de brecha. Com a abertura, se atende às demandas, tem muita demanda reprimida, ao longo de décadas o Governador deu aumento para as carreiras, contratação de pessoas, novos servidores, educação, alguns substituem outros, que eram contratos temporários. Então, houve uma reciclagem muito importante, e é lógico, se tivéssemos tido as receitas, estaríamos fora dessa limitação. Temos que trabalhar dos dois lados, melhorar a receita e segurar um pouco, claro, não podemos trancar o Estado, não podemos parar o Estado e o Governador está na metade do mandato, é agora que estão deslanchando os seus compromissos, os seus programas, suas obras e suas ações. Então, com muita tranquilidade, Deputado Tadeu Veneri, vamos trabalhar equilibrados e em sintonia, estaremos sempre em sintonia com a questão do equilíbrio fiscal, procurando, no momento certo: abriu uma brecha, libera, senão fica lá, fica seguro, mesmo que tenha a legislação. Parece que essa é uma regra de boa conduta. Até aqui tocamos, conseguimos, estamos no limite mesmo, passamos um pouquinho. Espero que no primeiro trimestre deste ano, tendo um pouco mais de arrecadação e etc., consigamos dar uma equilibradinha para enfrentar os novos desafios de 2013, que são muitos, e espero a compreensão de todos.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Com a palavra o Deputado Alceu Maron. Estou alternando, para que não haja...

**DEPUTADO ALCEU MARON FILHO (PSDB):** Sr. Secretário Dr. Hauly, quero saudá-lo pelo relatório preciso que trouxe à Casa, e nele o senhor exortou toda a classe política paranaense a se unir, porque realmente o Paraná, sob o ponto de vista federativo, tem levado desvantagem, mas colabora com a Federação do que tem de volta. Pergunto ao senhor o seguinte: abstraindo a receita própria, abstraindo as transferências constitucionais, e por termos visto que nos últimos anos no governo federal da Presidente Dilma o Paraná tem aumentado a sua participação no Ministério - hoje conta com três Ministros em três Ministérios importantes - gostaria de saber do senhor se os investimentos que o governo federal tem feito no Estado do Paraná têm aumentado no mesmo passo do aumento da representação do Paraná no Ministério do governo federal.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Com a palavra o Secretário Hauly.

**SR. LUIZ CARLOS HAULY:** A Gazeta do Povo faz um excelente trabalho com o jornalista André, que tem em Brasília, ele faz um quadro do Paraná e do Brasil, comparativo, o que tem no orçamento da União, as emendas parlamentares, as liberações. O Paraná é o 25º Estado em receber transferência. Atrás do Paraná tem dois Estados: São Paulo e Rio de Janeiro, *per capita*, por habitante, que é o melhor indicador. Quando fui Secretário do Álvaro, fazia aquela duplicação de Garuva-Curitiba, o governo federal não faz, faz, não faz... - “Ah, nós fazemos e depois mandamos a conta”. O Paraná sempre foi muito, os governadores, muito ativos, briosos. Você vê o caso da Central do Paraná, é uma estrada que era federal e ficou a dívida para o Paraná. O Paraná é considerado o sul maravilha, um Estado rico, que resolve tudo por si mesmo. Nos números que tenho mostrado aos senhores não é bem isso; temos dificuldades. E lá em Brasília a disputa é muito grande, é muito grande! Fui Deputado por 20 anos e é uma disputa sem igual, sem precedentes. As estradas federais foram pedagiadas; elas eram federais e o Governador Lerner estadualizou e pagadiou, que era um compromisso federal, anual, de manutenção. Eram ruins, hoje são estradas bem transitáveis, mas pagamos caro e pagamos duas vezes: deixamos de ter o dinheiro da manutenção das estradas que se perdeu, não foram para as outras estradas, e pagamos, nós todos pagamos pelo pedágio. Os compromissos federais no Paraná, as universidades, os compromissos de repasse, e vocês viram os números, só vejo uma saída: uma repactuação federativa. Isoladamente, não há como resolver essa questão de aumentar. A bancada tem se debruçado, você pode chamar a bancada federal toda aqui, os três Senadores, os 30 Deputados Federais, para melhorar essa situação dos repasses. Temos que trabalhar em sintonia: na boa é difícil, brigando é impossível! Então, tenho essa política, é difícil. É pouco investimento mesmo. Espero ter atendido V. Exa.

**DEPUTADO ALCEU MARON FILHO (PSDB):** Atendeu. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Deputado Alceu, a réplica. Não há necessidade. Então, com a palavra o Deputado Enio Verri.

**DEPUTADO ENIO VERRI (PT):** Sr. Presidente, Deputado Hauly, após a sua explicação vou me prender aqui a quatro pontos muito rápidos. O primeiro é a preocupação, que com certeza não é só minha, mas de toda a população paranaense, sobre, a princípio, esse PIB de 0.9, como diz sempre o Líder do Governo, o “pibinho”. Zero ponto nove me preocupa, porque é o seguinte: 0.9 do Brasil, você leva em conta Santa Catarina, Rio Grande do

Sul, Paraná, São Paulo, Minas; mas tem Acre, tem Piauí; então 0.9 do Brasil é a média. Os nossos Estados, conforme V. Exa. colocou, são ricos e pobres, ao mesmo tempo o Paraná 0.9, é o Paraná. Tenho a crer, se conheço bem os técnicos do Ipardes, pode até sofrer uma pequena variação positiva, mas ainda cabe aqui uma preocupação gigantesca com a dinâmica econômica, com o Estado do Paraná. O Estado do Paraná está dentro da Federação, sem dúvida nenhuma sofre os efeitos das variações internacionais e nacionais, mas ele tem o seu histórico próprio e sua dinâmica própria, que me parece que precisa ser acionada urgentemente. Diante desse desenho, tenho as preocupações que V. Exa. colocou, por exemplo, chamamos tecnicamente de transferência a outros Poderes. Essa é a minha preocupação, porque quero aprofundar a sua preocupação. Se V. Exa. pegar os dados do Rio Grande do Sul, são muito ruins; do Mato Grosso do Sul, são muito ruins. Essas transferências foram aumentando a tal ponto que comprometem o fluxo de caixa. Uma preocupação que tenho, e me surpreendeu quando o Governador Beto Richa pediu para que se mudasse a maneira de calcular. Na verdade, o aumento dessa transferência aos outros Poderes, V. Exa. poderá consultar os seus técnicos se dá, porque se mudou a base de cálculo, foi ampliada a base de cálculo neste governo. Então, me parece que deu uma preocupação que extrapole, ou que se preocupe com o estrutural e não o conjuntural. Essa alteração que foi feita a partir do ano passado terá um custo para a sociedade paranaense, porque infelizmente isso dificilmente retornará, infelizmente. Não é como a Assembleia, que se preocupa; aqui somos eleitos e consequentemente devolvemos. Agora, só quero reforçar aqui, é uma preocupação que divido com V. Exa., e que essa mensagem que foi remetida, no ano passado, que alterou, isso irá nos custar muito caro. Um terceiro ponto que me preocupa é a questão da transparência. Eu detecto aqui, segundo a nossa equipe, que os relatórios bimestrais relativos a 11 e 12 de 2012 ainda não foram publicados. O relatório de receita líquida de impostos e das despesas próprias com saúde, nem o primeiro semestre de 2012, ainda não foi publicado. Estão de livre acesso. A questão da execução orçamentária tem época que aparece e época que não aparece; isso tem que ser on line, segundo a lei. Estou um pouco preocupado com isso, para que esta Casa possa fazer o seu trabalho de fato, que é o trabalho de acompanhamento, em especial da execução orçamentária. Salvo que isso tenha ocorrido no dia de hoje, tenha arrumado até sexta-feira, esse é o fato que estou relatando a V. Exa. e que nos preocupa muito, numa sociedade onde a transparência, hoje, é atendida, onde se quer saber de tudo e se está acontecendo. Por fim, e não menos importante, tenho aqui, através do portal Serviços Auxiliares de Informações para Transparências Voluntárias, onde o Estado do Paraná apresenta dificuldades. Por exemplo, irregularidades contra tributos e contribuições federais e dívida ativa da União, não temos essa certidão; irregularidades contra contribuições previdenciárias, não temos; Fundo de Garantia, não temos; regularidade perante o Poder Público Federal, estamos no Cadin, o Paraná está no Cadin; irregularidades contra prestações de contas e recursos federais recebidos anteriormente, também não temos. Vou pegar mais: publicação de relatório de gestão fiscal, RGF, foi esse que citei aqui, estamos também inadimplentes junto do governo federal; a publicação de relatório resumido de execução orçamentária, conforme disse, estamos inadimplentes no governo federal. Vou continuar, por fim, a aplicação mínima de recursos em saúde, V. Exa. colocou 12.78, aqui estamos inadimplentes. Parece-me que tem alguns problemas, e seria importante ouvir de V. Exa. sobre a questão da gestão, os números e os dados que temos e que, de fato, estão sendo apresentados. Muito obrigado.

**SR. LUIZ CARLOS HAULY:** Muito obrigado, Deputado Enio Verri. Começando pela última colocação, sobre o Cauc, o Cadin. Realmente temos no Cauc oito restrições; nenhuma nossa. Nenhuma nossa, todas de governos anteriores. Há uma força-tarefa do governo trabalhando. Há uma exigência do INSS da ordem de 180 milhões, de 8 ou 10 anos atrás e que nós, do Tesouro, já temos uma discussão muito grande com o INSS em relação a essa cobrança dos celetistas, Dra. Fadia e Marlene. Outras restrições, há uma força-tarefa trabalhando já há um bom tempo, não é de hoje, para fazer o desimpedimento, inclusive de não aplicações de percentuais em anos anteriores, da saúde e etc. Então, procuramos colocar em dia a saúde, tiramos o SAS, que estava dentro da saúde, tiramos outras despesas, de leite, etc., só aí deu R\$140 milhões a mais e colocamos mais de R\$200 milhões na saúde, R\$ 340 milhões. Então, realmente é uma força-tarefa do Estado para levantamento dessas dificuldades que temos. Quanto às publicações, corremos com as exigências do Tribunal de Contas, não aceitando - mudou a regra - não aceita mais publicações provisórias, só publicações definitivas. Aí passa um drama, porque a contabilidade pública é uma. Para se fazer a contabilidade definitiva, seguir novas exigências, exige-se uma força-tarefa gigantesca. Antes de vir para cá, consultei o SIAF, aliás, trabalho no SIAF todos os dias, porque é on line, é receita e despesa, até tirei cópia do SIAF, tem-se toda a despesa empenhada, batendo exatamente todos os números, e a receita, item por item, receita por receita. Isso sempre esteve lá. A grande questão são os desdobramentos, os gráficos, que são exigências cada vez mais burocratizadas. Têm-se dificuldades de leitura, a própria Assembleia Legislativa, temos que fazer à mão, não há meio eletrônico de se transferir as informações, não é Dra. Fadia? É manual, tem que pegar número por número e transcrever manualmente, digitalmente; não faz a leitura das suas contas, ainda. Os outros Poderes também. É um ano excepcionalmente muito difícil para cumprir todas as exigências do PAF - Programa de Ajuste Fiscal. Graças a Deus! Por isso homenageio aqui a Cafí e a equipe toda. V. Exa. foi Secretário do Planejamento e sabe da dificuldade. O pessoal é o mesmo que trabalhou para V. Exa.: a vontade, a determinação, a garra, só que cada vez com menos funcionários e um desafio cada vez maior. Mas, sem dúvida alguma, já sanamos todas essas dificuldades. Eu mesmo sou autor da primeira Lei de Transparência de Contas Públicas do Brasil; já tem 12, 13 anos, minha lei, criei a primeira dinâmica na internet. A transferência aos outros Poderes, Deputado Enio Verri, não foi o Beto Richa. Foi a Assembleia e o Pessuti, em 2010; nós só aplicamos, ficou a conta para nós. Foi naquela Emenda Constitucional feita em 2010. Quando fui convidado, já era o mês de dezembro; se tivesse sido um pouquinho antes, já teria feito um alerta. Não deu tempo. O Rossoni me contava que ele ajoelhou e falou: - “Pelo amor de Deus! Não faça isso!” E foi feito. A verdade é que não há mais retorno. Só uma mudança nacional. É uma pena. Uma pena! Deputado Enio Verri, Sras. e Srs. Deputados, penso que numa reforma do ICMS, simplificando, desburocratizando, diminuíramos o contencioso tributário para menos de...

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Para concluir.

**SR. LUIZ CARLOS HAULY:** Para menos de 1/3. E aí diminuí também esse volume, porque grande parte do Judiciário é tomado pelo contencioso tributário estadual e municipal, para ficar com as demandas da sociedade. Então, realmente temos um... E, por último, o PIB. É claro que se você pegar a indústria automotiva, no final do ano a Renault parou para ampliar a fábrica, então tivemos um mês e meio em que cessou a produção física, e agora ganha, porque ela vai ser uma fábrica quase o dobro. A Petrobras não teve aumento de combustíveis, então, quando você pega a Petrobras sozinha, no Paraná e no Brasil, é 10% do PIB; o mesmo com a energia elétrica e as telecomunicações também, eles vêm em um processo de skype e outras coisas que vêm no volume global, muito disputado; você tem uma diferença. Do ponto de vista do investimento, são R\$20 bilhões que estão sendo, neste momento, gestados e introduzidos no Paraná. É o maior volume, de uma vez só, que o Paraná já teve, em um período curto de dois anos. Então, na dinâmica da microempresa, vai bem; nós continuamos a lei do Requião e ampliamos os benefícios. Então, a microempresa vai muito bem no Paraná, gera empregos, gera melhores salários e cresce. Na média empresa, todos temos preocupação em dar atendimento full time de todos os problemas; qualquer segmento que vem com um problema de invasão de área e perda, estamos trabalhando junto com esse segmento empresarial. Então, acredito que saímos da passividade e passamos a ser bastante ativos na questão de cuidar do desenvolvimento. Mas a questão aqui é federal, a economia mundial, a economia nacional, que não tem como você vencer a barreira. Realmente, a dinâmica da economia do Paraná, a agricultura, tivemos o começo do ano passado ruim e terminamos bem, para poder ter peso no desenvolvimento econômico do Estado. De qualquer maneira, acredito na economia do Paraná. Ela tem uma dinâmica maior do que em Santa Catarina, maior do que no Rio Grande do Sul, é uma dinâmica importante, e vai crescer e continuar prosperando. O Paraná é a “bola da vez”, sem dúvida alguma. Sinto isso em cada grupo empresarial, cada segmento, cada sindicato ou associação que vem conversar comigo na Secretaria da Fazenda; um pulsar. O trigo, por exemplo, eles me informaram que em 2012 passaram a ser o maior produtor de farinha do Brasil; somos o maior produtor de trigo, mas era um exportador de grãos para outros Estados, e passamos a ser o maior produtor de farinha do Brasil, é um moinho atrás do outro. Então, isso é bom. Agora, precisamos das massas, das bolachas, precisamos completar o ciclo do desenvolvimento do agronegócio no Paraná. Então, estou vendo a dinâmica das cooperativas, das grandes e médias empresas do setor do agronegócio, está indo bem. A indústria pesada, caminhões, agora vai inaugurar em breve a Paccar, em Ponta Grossa, já vai produzir o primeiro caminhão, uma das maiores empresas do mundo. E parece... (É retirado o som). Terminando. É um diálogo. Podemos vir aqui à Assembleia fazer essa discussão. Acho que é um campo do desenvolvimento, que interessa a todos nós, e me coloco inteiramente à disposição de V. Exa.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Deputado Enio Verri para a réplica.

**DEPUTADO ENIO VERRI (PT):** Sr. Secretário, vou me prender aqui... Sobre a economia, vamos discutir isso e é sempre bom. Concordo com V. Exa. É positivo, acredito até na dinâmica do empresariado local, acredito na dinâmica da economia do Estado, sem dúvida nenhuma. O senhor citou aqui: - “Já sanamos todas as dificuldades”. Estou entendendo que, então, os relatórios, a partir de agora, estão todos colocados e funcionando. Porque é o seguinte: estou aqui, em mãos, com o SIAF de janeiro, que foi retirado às 04h05min24, zerado, sem nada, está aqui na minha mão, tirado agora pela nossa assessoria econômica, e o senhor disse que tem um aí também funcionando. Então, talvez seja problema da nossa máquina. Fica então o pedido, posso entregar à sua assessoria, que não está funcionando, está aqui e nós insistimos, confiamos na boa vontade, confiamos na sua equipe, conforme V. Exa. disse é a mesma equipe de sempre, mas que nos dê condições de cumprir o nosso papel de Parlamentares, na medida em que possamos ter acesso às informações para acompanhar. E o apelo que extrapola a V. Exa., que na questão da execução orçamentária, desculpe, não extrapola, porque a execução orçamentária passa pela sua Secretaria; que tenhamos acesso on line a isso. Era um acordo que tivemos na Comissão de Orçamento, quando fomos fazer uma emenda pedindo isso. A Comissão de Orçamento, que é da base do governo, falou: - “Não, fique tranquilo que a gente vai fazer.” Porque é fundamental, funciona assim no Congresso Nacional, V. Exa. sabe, e é para o bem da transparência e para que possamos sempre contribuir, cada vez mais, num debate, quando V. Exa. nos der a honra. Por fim, se me permite a informalidade, e agora informal mesmo, trabalhei muitos anos na produção de massas, e é biscoito, Secretário; é que bolacha é biscoito ruim. Se você for a um empresário do ramo e disser que ele fabrica bolacha, ele vai ficar bravo com V. Exa.! Então, é biscoito, está bem? Bolachas, nossas mães fazem. Desculpe a informalidade, mas é para salvar a sua pele num momento adequado.

**SR. LUIZ CARLOS HAULY:** Está acolhida essa... Mas nós constituímos, no ano passado, Deputado Enio Verri, um grupo de trabalho que está introduzindo todas as modificações contábeis e reformulando o SIAF. O Paraná foi o primeiro SIAF da internet do Brasil, e acabamos ficando para trás, tecnologicamente. Passamos a investir bastante; só no campo da Receita Estadual, Deputado, estamos hoje com uma superestrutura contratada. Os primeiros relatórios começaram a sair do Projeto Phoenix, do XF7, passamos a ter hoje um controle rigoroso. Não tínhamos, Deputado Enio Verri, como utilizar 600 mil notas fiscais/dia, que entram na Receita Estadual, e, a partir dessas mudanças tecnológicas, novos equipamentos, novos programas, passamos a ter o controle total dessas notas fiscais, cruzando informações. Tanto que, como subproduto, a Receita Estadual e a Fazenda vão oferecer ao governo um banco de dados de preços médios e compras de produtos e de serviços, e não precisa comprar bolacha, pode comprar biscoito mesmo.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Pode comprar biscoito.

**SR. LUIZ CARLOS HAULY:** Então, eu trabalho com o SIAF; como relatório vem todo dia, toda hora que eu quero uma informação mais precisa eu entro no SIAF, porque passo a fiscalizá-lo, tenho trabalhado o SIAF direto, eu uso para ter as informações. Eu peço para a nossa Diretora Rose Escabio, ou a Dra. Fadua, ou a Marlene, que trabalha com os relatórios, mas gosto de olhar como é que está evoluindo a receita e a despesa de uma forma de compatibilização. Eu não tenho o controle orçamentário, ainda é o planejamento. A execução, sim. Nós podemos compatibilizar isso junto com esse novo grupo que está terminando, promessa para mais meses ainda. Eu tenho cobrado, etc. Puxamos os dois da velha guarda, o Stanoga, que é aposentado e o outro, são dois que construíram esse modelo cheio de números e de detalhes. Então, estamos reformulando e deixando nos trinques, com o máximo de transparência. Hoje já temos elementos suficientes de transparência, respeitados os ajustes e as necessidades todas.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Com a palavra o Deputado Nereu Moura.

**DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB):** Deputado Hauly, Secretário da Fazenda, só queria, primeiro, fazer uma consideração e depois fazer uma pergunta a V.Exa. Primeiro, a questão do reajuste de recursos ao Poder Judiciário e ao Ministério Público. Quando o FPE entrou para a base de cálculo, não foi feita através de uma emenda constitucional, mas foi feita através da LDO, e esse mecanismo é apreciado, aqui na Casa, no final do primeiro semestre de cada ano. Por outro lado, a PEC que imagino que V. Exa. se referiu, que estruturou a carreira da Polícia Militar, essa sim foi apreciada no mês de novembro de 2010, logo após o resultado da eleição do Governador Beto Richa. Mas, Sr. Secretário, V. Exa. é um profundo conhecedor de economia, já foi Secretário da Fazenda e continua exercendo com muita maestria o cargo. Queria fazer uma pergunta, sem me ater aos números que V. Exa. expôs aqui para nós. V. Exa. poderia resumir, na sua concepção, o Paraná, os números que V. Exa. apresentou de arrecadação e despesa, colocado o custo da máquina, colocado o gasto com pessoal, V. Exa. acha que o Paraná está numa situação tranquila? Podemos dormir tranquilos? E esse investimento que V. Exa. disse que faremos neste ano e no ano que vem, de 5 bilhões e meio, 1 bilhão e meio, 1 bilhão e meio da arrecadação própria do Estado, por ano, e 2 bilhões e meio dos empréstimos que o governo está buscando dos organismos nacionais e internacionais, V. Exa. poderia dizer que a situação do Paraná, a situação financeira do Estado é uma situação tranquila e que dá para executar exatamente os 5 bilhões e meio de investimentos neste ano e no ano que vem?

**SR. LUIZ CARLOS HAULY:** Deputado Nereu Moura, muito obrigado pela sua colocação! Como sempre, presente em todas as audiências na nossa apresentação e a interlocução. É uma honra. Sem dúvida alguma, joguei 5 bilhões, 3 e 2,5, que entendo como o mínimo que temos. Podemos chegar a mais, em função de uma série de ajustes que estamos fazendo na área patrimonial, financeira do Estado. Temos importantes entendimentos que poderão alavancar o nosso desenvolvimento. Temos também autorizado por V. Exa. o crédito outorgado, que também poderá dar um suporte, e temos outras alternativas, que não posso decliná-las agora, em função de que ainda estão sendo trabalhadas a várias mãos no governo, que poderão elevar esse investimento a um valor maior. O objetivo todo do governo é ter mais investimentos, honrar a folha, os compromissos - o Governador honrou - mais funcionários, mais policiais, mais professores. Dentro da razoabilidade, chegamos até aqui, porque realmente não tinha como manter a estrutura anterior, em função do número de aposentados, etc., como eu mesmo declinei. O Paraná é forte, é vigoroso. Um pouco de ajuste, de austeridade, você toca tudo, como fizemos até agora. Então, você viu que 2011 para 2012 aumentamos o volume de investimentos, e o ideal é esse, o objetivo é esse, aumentar o investimento, fortalecer o serviço. Todos os programas de governo: Família Paranaense, Paraná Seguro, os programas ambientais da Secretaria da Agricultura, os programas educacionais, como hoje foi anunciado um belíssimo programa com as entidades que patrocinam e trabalham com crianças portadoras de necessidades especiais. Na saúde, temos ainda compromissos a serem honrados dentro do compromisso do Governador Beto Richa. Tenho como meta o programa de governo dele, de fazer, embora a dificuldade, estamos sempre trabalhando buscando aquela meta. Eu diria assim: vamos chegando lá! Você viu que diminuímos o endividamento, então estamos em crédito, não é? No geral, os governos explodem em endividamento; nós não. O Paraná deve ponto sete, menos de 70% da sua receita líquida de um ano. Você pega os Estados vizinhos, eles devem duas vezes, duas vezes e meia, uma vez e meia. Então, o Paraná, convenhamos! Tenho hoje, no Tribunal de Justiça, depositados R\$ 550 milhões, que vai de acordo com a lei que V. Exas. autorizaram. Se a Procuradoria conseguir conciliar o Refis com aquele deságio de 20, entra no Tesouro, este ano, 550, mais 200 e mais 250 no ano que vem, adicionais, que vão dar um reforço de caixa para o Tesouro Estadual. Já apontei uma que ainda está em curso. Tudo no setor público é trabalhoso e difícil, mas estamos vencendo as barreiras aos poucos. Essa repactuação com a Copel vai resultar em um benefício para o Estado, vai diminuir o serviço da dívida e vai ter uma carência. Vamos ter a oportunidade de ter um pouco mais de dinheiro, porque pagamos dívida hoje para investir um pouco mais na infraestrutura do Estado do Paraná. Espero ter respondido a V. Exa.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Com a palavra, Deputado Professor Lemos.

**DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT):** Boa-tarde, Secretário e toda equipe da Fazenda e do Planejamento, que comparecem a Assembleia. Cumprimentar a todos que acompanham a nossa Sessão. O Secretário já fez uma explicação ampla e também respondeu a várias perguntas. Eu fui contemplado aqui, por vários colegas que me antecederam, em vários questionamentos que eu gostaria de fazer. Aprovamos, no final do ano passado, evidentemente me posicionei contra e alguns Deputados também vieram na mesma posição, com relação à Parana Previdência, na medida em que colocou todos os servidores que estavam até 31 de dezembro de 2003, no Estado, no Fundo Financeiro. O entendimento que tínhamos, se isso fosse feito, é que isso apertaria a folha de pagamento e diminuiria a capacidade do Estado de ajustar, ou reajustar salários, ou alterar planos de carreira. Percebemos que já estava apertado o limite, chegando muito próximo do limite de prudência. Agora, a receita está com um desempenho que entendemos ser bom, para 2013. Quero indagar ao Secretário se vai ser possível atender aos servidores públicos neste ano. Vou começar agora com os

professores e funcionários, que estão com uma greve já marcada para o dia 13 de março. Se possível - acredito que é possível - durante esta semana, evitar que essa greve aconteça, a partir da semana que vem, no Estado do Paraná.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Com a palavra o Secretário.

**SR. LUIZ CARLOS HAULY:** Deputado Lemos, é um prazer, mais uma vez. Em toda a Sessão, menos na última, em que V. Exa. estava em campanha. Eu estava livre, foi a primeira vez, em quase 20 anos, que não disputei uma eleição municipal, e fiquei aliviado. V. Exa. experimentou um pouco, mas é bom, tem resultados futuros bons. A Parana Previdência, evidentemente, em função de que o Estado não cobrava aqueles encargos, ficou com um passivo, tinha um problema da introdução, em 98 ficou um passivo grande de ajuste de meses. Dos que iriam se aposentar foi feito aquele corte, naquele momento. A verdade é que ele tinha um furo estrutural de 6 bilhões. A lei resolveu isso. No fundo, quem paga a conta é o Tesouro do Estado. A Parana Previdência tem hoje 7 bilhões e meio aplicados. Um dinheirinho - como diriam - sagrado. O ajuste fortalece a Parana Previdência. Acredito que em um momento seguinte poderemos rever algumas questões da Parana Previdência, positivamente. V. Exa. copiou e captou bem essa questão. Realmente foi para o Tesouro, mas não tinha outra fórmula. Quando começou a discussão eu falei: isso pode discutir do jeito que quiser, porque quem paga a conta é a “viuvinha”, aqui; lá em cima é a “viuvona”, em Brasília; aqui, é a “viuvinha”, é o mesmo, é o Tesouro. Então, não tem, porque a atuária é um cálculo científico, exato, calculou número de funcionários, contribuição, idade, aí é fatal, não tem escapatória. Mas o Paraná ainda tem um Fundo de Previdência que outros Estados não têm; a Presidente Dilma começou o dela, lá. Eu a parabenizo, eu tentei, várias vezes, aprovar um projeto de lei, criando um Fundo Previdenciário, mas só que eu colocava a metade das estatais nesse fundo. Mas, é uma excelente iniciativa, o Paraná precisa reforçar a nossa Parana Previdência. Dois mil e treze começou bem, estamos cumprindo, tem que fazer um ajuste no orçamento, porque tem despesas mais do que receita, tem mais orçamento do que receita, sempre tem, não é? Então, agora, no andar da carruagem, fazer os ajustes. O Governador, homem sensível, com muita presença política, é claro que ele saberá dar a resposta e o atendimento necessário em cada momento. No ano passado, lembro a dificuldade, o Governador atendeu a todas as demandas; no ano retrasado, demandas reprimidas, não sei precisar, porque é um conjunto de Secretários em discussão com a Assembleia, com os outros Poderes, que vai tomar essa decisão, mas, com certeza, e sempre, vamos honrar e atender a todos os nossos servidores. O Paraná tem um dos melhores quadros de servidores do Brasil. Eu, pelo menos a equipe com quem trabalho, Planejamento, Fazenda, Administração e Casa Civil, são de excelente, de primeiríssimo nível.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Deputado Professor Lemos.

**DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT):** Para concluir, acompanhei o debate na Secretaria da Educação, e o Secretário Flávio Arns, com a equipe, demonstrou que tem orçamento para atender às reivindicações, tanto dos funcionários de escola, quanto dos professores. Então, há margem financeira. Evidentemente que não é o Secretário da Educação que decide sozinho, e a Fazenda tem papel fundamental nessa decisão. Quero fazer um apelo a V. Exa.: para acelerar a passada desse projeto pela Fazenda, para chegar aqui ainda nesta semana, na Assembleia, tanto para os professores, quanto para os funcionários.

**SR. LUIZ CARLOS HAULY:** Não sei o detalhe da educação e do ensino superior; essa divisão, somando os dois era 30, conseguimos 31.59. Um e cinquenta e nove é algo realmente respeitável, mas o Secretário e Vice-Governador, Flávio, sabe lidar bem no conjunto. Eu não cuido do orçamento da educação, eu cuido do Estado inteiro, da execução orçamentária, não do orçamento. Então, com certeza o Governador saberá, essa angústia que paira hoje, todos os problemas. “Vamos com calma, que o santo é de barro”, não é? Acho que no Paraná, vamos dizer assim - V. Exa. que é Deputado e representa a categoria - tem sido feito o máximo, de coração. Vejo isso no Governador Beto Richa, uma luta muito grande de querer atender, e tem atendido. Isso que é importante. Se Deus quiser, Deus permitir, ele providencia tudo.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Como temos o Deputado Elio Rusch, o Deputado Ademar Traiano é o último Deputado inscrito

**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB):** Agradecendo à deferência do meu Vice-Líder, Deputado Elio Rusch, quero agradecer a toda equipe da Secretaria da Fazenda, na pessoa do nosso Secretário Hauly, que mais uma vez, neste governo, dá demonstração do respeito que tem a Assembleia Legislativa do Estado e vem aqui, religiosamente, dentro do que preceitua a legislação, fazer uma prestação do quadrimestre do ano. Não faltou nenhuma vez durante os dois anos do governo Beto Richa. Secretário Hauly, ouvindo todas as manifestações dos Parlamentares, gostaria de manifestar aqui, exatamente em função do que V. Exa. apresentou, no quadro equilibrado que o Estado apresenta, fruto da competência administrativa da equipe, dando aqui uma demonstração do equilíbrio econômico do Estado, apesar de todas as nossas receitas, lamentavelmente, serem invadidas pela própria União, que nos reduz e invade naquilo que é de competência compartilhada. Mesmo assim, o Estado do Paraná tem uma condição privilegiada em relação aos demais Estados da Federação. O que apresentamos aqui - é importante que se diga - diferentemente do que ocorre no governo federal, vou dar a minha pitada aqui, até porque vi a manifestação do Líder da Oposição, Deputado Enio Verri, quando ele coloca a questão das certidões, que não é de nossa responsabilidade, mas é uma conta do passado que estamos tentando regularizar. Ao contrário do que acontece com a União, que acaba, para fechar o seu superávit no final do ano, deixar as contas com o superávit acima, ela usa de recursos do fundo soberano. Não temos como maquiagem aqui no Estado do Paraná; temos que apresentar exatamente aquilo que arrecadamos e que gastamos. É fruto da nossa competência, não conseguimos fazer maquiagem. Por isso, quero enaltecer o trabalho da equipe da Secretaria da Fazenda, com todas as dificuldades que temos, com uma perda de mais de R\$1 bilhão, fruto da invasão do governo federal nas nossas receitas, temos uma situação confortável no Estado do Paraná. Isso se chama competência administrativa, boa gestão em relação às contas do Estado. Era apenas essa a minha manifestação. Parabenizo a cada uma e a cada um dos Deputados, a Presidência, a Mesa, os servidores da Assembleia. O meu Diretor Geral, meu companheiro e amigo Clovis Rogge; meu companheiro e amigo Juraci Barbosa, Presidente da Fomento; nosso companheiro e amigo Leonildo Prati, Diretor da CRE; nosso companheiro e amigo Francisco Inocêncio, Coordenador de Assuntos Econômicos; nossos assessores da Fazenda e de vários setores: Lídio Samways, Jurandir Oliveira, Onildo Benvenho, a Fadia Kubrusly, a Suzane Dobjenski, Paulo José, Marlo Lúbio, Julio Moreira, Kely Reis, Marlene Estrada, Erasmo Machado, Sílvia Oricolli, Dinorah, Eraldo Alves, Joao Otávio, Samuel Leger e o Alexandre Teixeira. A todos que nos têm ajudado nesse trabalho. Ainda, de manhã, preocupado com toda a apresentação, toda a equipe mobilizada durante vários dias. Agradeço a Deus e a todos. Muito obrigado, Presidente, mais uma vez, missão cumprida.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Concedo a palavra ao Secretário Hauly, para as manifestações finais.

**SR. LUIZ CARLOS HAULY:** Sr. Presidente Valdir Rossoni, Sras. Parlamentares, Srs. Parlamentares, senhoras e senhores. Com muita satisfação, com muita presteza, cumprimos mais uma etapa da legislação brasileira. Legislação inovadora, revolucionária para os Países em desenvolvimento, que é o processo de transparência com o fortalecimento do Legislativo. Quando elaboramos a Lei de Responsabilidade Fiscal era necessário criar essa exigência dos governantes comparecerem ao Congresso Nacional, às Assembleias Legislativas e às Câmaras de Vereadores. A Lei de Responsabilidade Fiscal mudou o Brasil para melhor, e ela precisa ser aperfeiçoada, avançar. O Estado brasileiro precisa também investir em tecnologia, em produtos mais compatíveis, para que a sociedade tenha, no acesso à internet, programas mais amigáveis, e é no que estamos trabalhando hoje. Já é bom, e vamos transformá-lo num instrumento melhor ainda, de transparência on line. Sr. Presidente, agradeço, foram de alto nível as interações de todos os partidos políticos. O Paraná ganha, as preocupações foram transmitidas a todos. Os números são aqueles que são, não tem como não cumprir e não mostrar a realidade. Mas o Paraná é o Estado de amor pelo Brasil, Estado que tem tudo para crescer e prosperar. Ainda acredito que, em poucos anos, seremos a quarta Unidade da Federação mais desenvolvida economicamente. Agradeço a cada uma e a cada um dos Deputados, a Presidência, a Mesa, os servidores da Assembleia. O meu Diretor Geral, meu companheiro e amigo Clovis Rogge; meu companheiro e amigo Juraci Barbosa, Presidente da Fomento; nosso companheiro e amigo Leonildo Prati, Diretor da CRE; nosso companheiro e amigo Francisco Inocêncio, Coordenador de Assuntos Econômicos; nossos assessores da Fazenda e de vários setores: Lídio Samways, Jurandir Oliveira, Onildo Benvenho, a Fadia Kubrusly, a Suzane Dobjenski, Paulo José, Marlo Lúbio, Julio Moreira, Kely Reis, Marlene Estrada, Erasmo Machado, Sílvia Oricolli, Dinorah, Eraldo Alves, Joao Otávio, Samuel Leger e o Alexandre Teixeira. A todos que nos têm ajudado nesse trabalho. Ainda, de manhã, preocupado com toda a apresentação, toda a equipe mobilizada durante vários dias. Agradeço a Deus e a todos. Muito obrigado, Presidente, mais uma vez, missão cumprida.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Quero cumprimentar o Secretário Hauly e sua equipe, e agradecer pela sua exposição. O aguardamos no próximo quadrimestre, para cumprirmos a lei. Muito obrigado. Encerrado o horário do Expediente, daremos prosseguimento à Sessão. Passamos à **Ordem do Dia**. Indicações que necessitam de apoio.



**Indicações:** [Com apoio e encaminhadas à Diretoria Legislativa para registro e atuação]. **Protocolo nº 1274/13** (atuada sob o nº 469/13), do Deputado Duílio Genari, solicitando ao Superintendente Regional do DNIT a remodelação do trevo de acesso ao Município de Mercedes, na rodovia federal BR-163; **Protocolo nº 1275/13** (atuada sob o nº 470/13), do Deputado Duílio Genari, solicitando à Secretaria de Estado da Saúde uma ambulância para o Município de Nova Santa Rosa; **Protocolo nº 1276/13** (atuada sob o nº 471/13), do Deputado Gilson de Souza, solicitando ao Governador do Estado e à Secretaria de Estado da Segurança Pública uma viatura de Polícia para o Município de Verê; **Protocolo nº 1277/13** (atuada sob o nº 472/13), do Deputado Gilson de Souza, solicitando ao Governador do Estado e à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano recursos para passagem de asfalto nos principais bairros do Município de Cascavel; **Protocolo nº 1278/13** (atuada sob o nº 473/13), do Deputado Gilson de Souza, solicitando ao Chefe da Casa Civil, ao Governador do Estado e à Secretaria de Infraestrutura e Logística a implantação emergencial de duas passarelas na Rodovia João Leopoldo Jacomet - PR-415, conforme especifica; **Protocolos nºs 1284/13 a 1286/13** (atuadas respectivamente sob os nºs 474/13 a 476/13), do Deputado Wilson Quinteiro, solicitando à Secretaria de Estado das Relações com a Comunidade a realização do Programa Paraná em Ação nos Municípios: Barbosa Ferraz, Mandaguaiçu e Marialva; **Protocolo nº 1287/13** (atuada sob o nº 477/13), do Deputado Wilson Quinteiro, solicitando ao Presidente do Instituto das Águas do Paraná a liberação de manilhas para o Município de Paçandu; **Protocolos nºs 1288/13 a 1291/13** (atuadas respectivamente sob os nºs 478/13 a 481/13), do Deputado Wilson Quinteiro, solicitando ao Presidente da Cohapar a construção de casas populares para os Municípios: Sarandi, Paçandu, Mandaguaiçu e Marialva; **Protocolo nº 1292/13** (atuada sob o nº 482/13), do Deputado Wilson Quinteiro, solicitando ao Governador do Estado e à Secretaria de Estado da Segurança Pública o aumento do efetivo da Polícia Militar para o Município de Corumbataí do Sul; **Protocolo nº 1293/13** (atuada sob o nº 483/13), do Deputado Wilson Quinteiro, solicitando ao Governador do Estado e à Secretaria de Estado da Segurança Pública a instalação de uma Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente no Município de Maringá; **Protocolos nºs 1294/13 e 1298/13** (atuadas respectivamente sob os nºs 484/13 e 488/13), do Deputado Gilberto Ribeiro, solicitando ao Governador do Estado e à Secretaria de Estado da Segurança Pública uma viatura da Polícia Militar para os Municípios: Pontal do Paraná e Rio Negro; **Protocolos nºs 1295/13 a 1297/13** (atuadas respectivamente sob os nºs 485/13 a 487/13), do Deputado Gilberto Ribeiro, solicitando à Secretaria de Estado da Saúde uma ambulância para os Municípios: Pontal do Paraná, Tijucas do Sul e Rio Negro; **Protocolo nº 1299/13** (atuada sob o nº 489/13), do Deputado Gilberto Ribeiro, solicitando à Secretaria de Estado da Saúde e à Secretaria do Desenvolvimento Urbano a implantação de uma Clínica da Mulher e da Criança no Município de Araucária; **Protocolo nº 1300/13** (atuada sob o nº 490/13), do Deputado Gilberto Ribeiro, solicitando ao Governador do Estado a criação e implantação de um posto do Corpo de Bombeiros nas proximidades do Mercado Municipal de Curitiba; **Protocolo nº 1301/13** (atuada sob o nº 491/13), do Deputado Gilberto Ribeiro, solicitando ao Governador do Estado a contratação de profissionais para acompanhamento das atividades físicas realizadas nas Academias ao Ar Livre no Estado do Paraná; **Protocolo nº 1302/13** (atuada sob o nº 492/13), do Deputado Ney Leprevost, solicitando ao Governador do Estado e ao Presidente da Sanepar a manutenção de ligações de esgoto próximas à lagoa de tratamento da Sanepar, no Município de Guaratuba; **Protocolo nº 1303/13** (atuada sob o nº 493/13), do Deputado Ney Leprevost, solicitando ao Governador do Estado e à Secretaria de Estado da Saúde a doação de uma UTI móvel para o Município de Guaratuba; **Protocolo nº 1304/13** (atuada sob o nº 494/13), do Deputado Ney Leprevost, solicitando ao Governador do Estado e à Secretaria de Infraestrutura e Logística a implantação de terceira faixa de trânsito de veículos no trecho da rodovia PR-412, entre os Municípios de Guaratuba e Garuva; **Protocolo nº 1305/13** (atuada sob o nº 495/13), do Deputado Ney Leprevost, solicitando ao Governador do Estado e à Secretaria de Infraestrutura e Logística a construção de um aeroporto de cargas no Município de Londrina; **Protocolo nº 1306/13** (atuada sob o nº 496/13), do Deputado Ney Leprevost, solicitando ao Governador do Estado e à Secretaria da Saúde a implantação de uma rede de coleta de medicamentos no Estado do Paraná; **Protocolo nº 1311/13** (atuada sob o nº 497/13), do Deputado Bernardo Ribas Carli, solicitando à Secretaria de Estado da Saúde uma ambulância para o Município de Foz do Jordão; **Protocolo nº 1312/13** (atuada sob o nº 498/13), do Deputado Bernardo Ribas Carli, solicitando à Secretaria de Estado da Saúde uma ambulância para o Município de Nova Laranjeiras; **Protocolo nº 1325/13** (atuada sob o nº 499/13), do Deputado Tercílio Turini, solicitando ao Governador do Estado e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística o recapeamento asfáltico do trecho entre a BR-369 e a PR-436, que liga os Municípios de Cornélio Procopio a Santo Antônio da Platina; **Protocolo nº 1326/13** (atuada sob o nº 500/13), do Deputado Tercílio Turini, solicitando ao Governador do Estado e à Secretaria de Infraestrutura e Logística a restauração do trecho entre as margens do rio Paranapanema à BR-369, cortando o Município de Santa Mariana pelas ruas: Avenida Capitão José Cândido Teixeira, Rio das Cinzas, Manoel Fernandes e Avenida Antônio da Silva Machado; **Protocolo nº 1327/13** (atuada sob o nº 501/13), dos Deputados Gilberto Martin e Tercílio Turini, solicitando ao Governador do Estado e à Secretaria de Infraestrutura e Logística a duplicação da BR-376, começando pelo Município de Apucarana, seguindo ao trecho de Mauá da Serra, até o Município de Ponta Grossa; **Protocolo nº 1328/13** (atuada sob o nº 502/13), do Deputado Professor Lemos, solicitando ao Governador do Estado e à Secretaria de Estado da Educação a alteração do Edital nº 017/13, que trata da realização do concurso público de provas e títulos para provimento nos cargos de professor(a) e pedagogo(a) do Quadro Próprio do Magistério; **Protocolos nºs 1329/13 a 1380/13 e 1383/13 a 1403/13** (atuadas respectivamente sob os nºs 503/13 a 554/13 e 555/13 a 575/13), do Deputado Professor Lemos, solicitando ao Governador do Estado e à Secretaria de Estado da Educação a liberação de um micro-ônibus para transporte escolar nos Municípios: Cafelândia, Braganey, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Oeste, Diamante do Sul, Entre Rios do Oeste, Espigão Alto do Iguaçu, Formosa do Oeste, Guaíra, Guaraniaçu, Ibema, Jesuítas, Lindoeste, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Quedas do Iguaçu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Tupãssi, Campo Bonito, Mandaguari, Campina do Simão, Cândido de Abreu, Nova Esperança, Cantagalo, Capanema, Centenário do Sul, Cornélio Procopio, Coronel Domingos Soares, Corumbataí do Sul, Cruz Machado, Curiúva, Diamante do Norte, Dois Vizinhos, Goioxim, Guaratuba, Laranjeiras do Sul, Manoel Ribas, Marilândia do Sul, Mariluz, Marquinho, Marumbi, Matinhos, Mato Rico, Morretes, Nova Laranjeiras, Nova Tebas, Palmital, Piên, Pinhão, Pitanga, Porto Barreiro, Pranchita, Primeiro de Maio, Prudentópolis, Quarto Centenário e Campina da Lagoa.

Peço à nossa assessoria para que zere o painel para que possamos proceder o registro da presença dos Srs. Deputados e proceder às votações.

#### REQUERIMENTOS

**Requerimento nº 1257/13**, dos Deputados Enio Verri, Luciana Rafagnin, Professor Lemos, Tadeu Veneri e Elton Welter, de Sessão anterior, para o encaminhamento de convite ao Diretor Geral do DER, para comparecer a esta Casa a fim de informar sobre as providências determinadas pelo TCU ao DER no Acórdão de nº 346 de 15.02.12, e do Relatório de Auditoria do TCE nº 03/12, que tratam, dentre outras, do reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos do pedágio no Paraná, tendo em vista que os prazos para tanto já foram vencidos. Em discussão.

**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB):** Para encaminhar. Sr. Presidente e Srs. Deputados, a Bancada do PT encaminha um requerimento solicitando informações junto ao DER, e procuramos conversar com a equipe técnica do DER e nos encaminharam algumas medidas que já foram tomadas e encaminhadas ao Tribunal de Contas da União. É importante que se diga que havia um prazo - 15 de fevereiro - para a apresentação dessas informações, mas, numa ação de sustação, apresentada pelas concessionárias, esse prazo acabou caindo por terra, porque foi concedida pela Justiça a determinação de que o prazo ficasse sustado. Tenho aqui, Sr. Deputado Tadeu Veneri, e se o Deputado Tadeu Veneri entender que é suficiente, tenho umas informações que o DER me apresentou. Caso contrário, se entender que não satisfaz o requerimento, vamos, então, submetê-lo a voto, pela derrubada do requerimento.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Consulto o Líder da Oposição se coloco em votação.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Sr. Presidente, gostaria de solicitar, se for de comum acordo com o Líder do Governo, que pudéssemos adiar pelo menos a votação, para tomarmos conhecimento do documento.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Ele já foi adiado. Só se houver um entendimento de V. Exa...

**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB):** Sem problema, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Está selado o acordo e está adiado o requerimento.

**Lidos, aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências:** **Requerimento nº 1405/13**, do Deputado Elio Rusch, para o arquivamento do Projeto de Lei nº 192/12, por já existir a Lei nº 15.440/07, de sua autoria, que insere a festa de 1º de maio - Dia do Trabalhador, no calendário oficial de eventos do Estado; **Requerimento nº 1314/13**, do Deputado Teruo Kato, comunicando que o Deputado Jonas Guimarães, da Bancada do PMDB desta Casa, substituirá o Deputado Anibelli Neto, como membro titular da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação; **Requerimento nº 1308/13**, do Deputado Luiz Accorsi, para o envio de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sérgio Tokio Ido, ocorrido no Município de Nova Esperança; **Requerimento nº 1313/13**, do Deputado Teruo Kato, para o envio de voto de pesar pelo falecimento da Sra. Neuza Lopes Faria Kfourir; **Requerimentos nºs 1315/13 a 1322/13**, do Deputado Fernando Scanavaca, para o envio de voto de pesar às famílias: do Sr. Juvenilio Rodrigues, do Sr. Vagnei Paulino, da Sra. Antonetta Riccietelli Miniello, do Sr. Valdir Pedro de Deus, da Sra. Maria Ferreira Pinto Tombolo, da Sra. Yasmim Mitória Alves de Freitas, do Sr. William Fernando Machado e da Sra. Maria Bernadete de Menezes Oliveira; **Requerimento nº 1324/13**, do Deputado Ney Leprevost, para o envio de voto de pesar pelo falecimento da Sra. Irene Gonçalves Barbarini; **Requerimento nº 1409/13**, do Deputado Professor Lemos, para o envio de voto de pesar pelo falecimento do Professor Eduardo Tolomeotti, ocorrido em Londrina; **Requerimentos nºs 1412/13 e 1413/13**, dos Deputados Luiz Eduardo Cheida e Tercílio Turini, para o envio de voto de pesar pelo falecimento dos Srs. Milton Guimarães e João Dib Abussafe, ocorridos no Município de Londrina; **Requerimento nº 1323/13**, do Deputado Ney Leprevost, para o envio de voto de congratulações ao Sr. Milton Ivan Heller, pelo lançamento do livro "A Atualidade do Contestado"; **Requerimento nº 1381/13**, do Deputado Professor Lemos, para o envio de voto de congratulações pelo 67º aniversário do Município de Pirai do Sul; **Requerimento nº 1408/13**, do Deputado Professor Lemos, para o envio de voto de congratulações pelo 49º aniversário do Município de Guapirama; **Requerimento nº 1411/13**, do Deputado Professor Lemos, para o envio de voto de congratulações pelo 79º aniversário do Município de Sengés; **Requerimento nº 1410/13**, do Deputado Professor Lemos, para o encaminhamento, ao Congresso Nacional, de Manifestação de Apoio para aprovação da MP (Medida Provisória) 592/12, que trata dos royalties para educação dos Municípios, Estados e União; **Requerimento nº 1280/13**, dos Deputados Gilberto Martin e Tercílio Turini, para que seja encaminhado pedido de informações ao Presidente da Federação Paranaense de Futebol, Hélio Pereira Cury, sobre a arbitragem do jogo Londrina e Coritiba, realizado no dia 03 de março, no Município de Londrina.

**Requerimentos com despachos do Presidente:** **Requerimento nº 1273/13**, da Deputada Marla Tureck, com apoioamento dos Deputados Paranhos, Anibelli Neto, Nelson Luersen, Roberto Aciolli, Adelino Ribeiro, Rasca Rodrigues e Fernando Scanavaca, para que seja informado que assumiu a Coordenação da Frente Parlamentar da Educação Física e do Esporte, em substituição ao Deputado Reni Pereira. ([À DL para verificar requisitos](#)); **Requerimento nº 1281/13**, do Deputado Alceu Maron Filho, solicitando que seja marcada Sessão Especial em comemoração aos 200 Anos da Festa da Padroeira do Paraná, Nossa Senhora do Rocio, a ser realizada no dia 12.08.13, às 18h. ([À DG para providências](#)).

#### **JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIAS**

**Deferidas conforme acordo de Líderes:** **Requerimento nº 1279/13**, do Deputado Elton Welter, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 04.03.13; **Requerimento nº 1282/13**, do Deputado Gilberto Martin, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 20.02.13; **Requerimento nº 1307/13**, do Deputado Luiz Accorsi, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 26.02.13; **Requerimento nº 1310/13**, do Deputado Bernardo Ribas Carli, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 05.02.13; **Requerimento nº 1404/13**, da Deputada Luciana Rafagnin, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 04.03.13, por estar acompanhando Prefeitos, Secretários e lideranças do Paraná em Brasília.

**Deferida conforme atestado médico:** **Requerimento nº 1406/13**, do Deputado Nelson Justus, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 25.02.13.

Quero registrar a presença, em nome do Deputado Luiz Fernando Scanavaca, do Vice-Prefeito Sérgio Frederico, de Umuarama, do PSDB. Também esteve aqui conosco, hoje, a Deputada eleita pelo Parlamento italiano, Deputada Renata Bueno, que estará aqui, depois de voltar de viagem da Itália, para agradecer aos Srs. Deputados pelo apoio que recebeu quando esteve em nossa Casa quando candidata.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 05 de março, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: 1ª Discussão da Proposição de Proposta de Emenda à Constituição do Estado - PEC nº 002/12; Redação Final dos Projetos de Lei nºs 844/11 e 635/12; 3ª Discussão do Projeto de Lei nº 129/12; 1ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 398/11, 099/12; 643/12 e 42/13; Discussão Única do Veto Parcial nº 1/13, apostado ao Projeto de Lei nº 934/11; Discussão Única do Veto nº 2/13, apostado ao Projeto de Lei nº 960/11 e Discussão Única do Veto Parcial nº 7/13, apostado ao Projeto de Lei nº 489/12. "*Levanta-se a Sessão*". (Sessão encerrada às 16h57, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 113 do Regimento Interno).